

Agronegócio, dinâmica territorial e as novas relações campo e cidade: o caso do oeste Baiano**Agribusiness, territorial dynamics and the new field and city relations: the case of western Bahia**

DOI:10.34117/bjdv5n6-205

Recebimento dos originais: 21/04/2019

Aceitação para publicação: 24/05/2019

Márcia da Silva Pedreira

Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

Instituição: Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana

Endereço: Av. Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, Feira de Santana - BA, 44036-900

E-mail: mspedreira@yahoo.com.br

Aline Patrícia Santos Virgillio

Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia-UFBA

Instituição: Superintendência De Estudos Econômicos e Sociais da Bahia- SEI

E-mail: alinevirgillio@hotmail.com

RESUMO

O trabalho examina as transformações na organização espacial e urbana na região dos cerrados baianos no contexto da expansão e territorialização do agronegócio da soja no Brasil Central. Parte-se da visão de que a expansão do cultivo de soja no Brasil é resultado de amplo processo de reestruturação da agricultura brasileira que tem como principais características o incremento crescente de tecnologia nos processos produtivos e estreitamento de suas relações com o mercado global, por meio do comércio de *commodities*. Por outro lado, entende-se que a difusão do agronegócio implica na intensificação das relações entre campo e cidade, que se expressa tanto pelas novas demandas relacionadas às atividades produtivas agrícolas e agroindustriais (insumos, maquinários, fertilizantes, armazenamento e transporte, serviços técnicos e financeiros) como pelas demandas de reprodução e consumo da população. Como consequência, observam-se novas estruturas de ocupação da população e a redefinição da rede urbana municipal, com destaque para ampliação das áreas urbanizadas e a criação de centros urbanos, cujas características são conformadas pelo circuito da produção e de mercado do agronegócio. A metodologia da pesquisa envolveu revisão da literatura, levantamento de análise de dados utilizando como principais fontes a MTE/RAIS, IBGE (Censo demográfico, Pesquisa Agrícola Municipal). A análise revelou que o desenvolvimento da agricultura moderna na região promoveu uma redefinição da configuração espacial e urbana, ampliando os espaços urbanizados que tendem a acompanhar as áreas onde se concentram produção agrícola. As cidades passam a abrigar um conjunto de atividades indispensáveis à reprodução da produção agrícola e dos segmentos agroindustriais. O desenvolvimento destas atividades não se dá de forma homogênea, destacando-se duas cidades, sendo uma já existente e que já ocupava papel de

centro regional, Barreiras, e a outra, Luís Eduardo Magalhães, que surge no próprio processo de expansão do agronegócio na região.

Palavras Chaves: Agronegócio, Relação campo-cidade, Urbanização

ABSTRACT

The paper examines the transformations in spatial and urban organization in the region of *Cerrados* Bahia in the context of the expansion and territorialization of soybean agribusiness in Central Brazil. It is based on the view that the expansion of soybean cultivation in Brazil is the result of a broad restructuring process of Brazilian agriculture, which main characteristics are the growing technological increase in production processes and the narrowing of its relations with the global market, through of commodities trade. On the other hand, it is understood that the diffusion of agribusiness implies the intensification of the relationship between the countryside and the city, which is expressed as by the new demands related to agricultural and agroindustrial productive activities (inputs, machinery, fertilizers, storage and transportation, technical and financial services), as well by the population reproduction and consumption demands. As a consequence, new structures of occupation of the population and redefinition of the municipal urban network are observed, emphasizing the expansion of the urbanized areas and the creation of urban centers, which characteristics are impacted by the production and market agribusiness chain. The research methodology has involved a review of the literature and MTE / RAIS, IBGE (Demographic Census, and Municipal Agricultural Research) data analysis as the main sources. The analysis revealed that the development of modern agriculture in the region have promoted a redefinition of the spatial and urban configuration, expanding the urbanized spaces that tend to accompany the areas where agricultural production is concentrated. The cities are home to a set of activities indispensable to the reproduction of agricultural production and agroindustrial segments. The development of these activities does not take place in a homogeneous way, highlighting two cities, one already existing and previously representing the role of a regional center, Barreiras, and the other, Luís Eduardo Magalhães, which has emerged as part of the self-expansion process of the agribusiness in the region.

Keywords: Agribusiness, Countryside-city relationship, Urbanization.

1 INTRODUÇÃO

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas, sob o ponto de vista do desenvolvimento espacial da economia brasileira, pelo movimento de mudança na divisão territorial do trabalho agrícola. Ressalta-se neste processo, a consolidação da região Centro-Oeste como principal *locus* da dinâmica de produção agropecuária moderna ao lado da emergência de sub-regiões no Nordeste que, em decorrência da difusão de atividades agrícolas, ganham um novo status na divisão inter-regional do trabalho.

É nesse contexto de transformação do Centro-oeste e Nordeste, que a região do Oeste baiano emerge enquanto *locus* de expansão do agronegócio, capitaneado pelo cultivo da soja. Considera-se que a difusão do agronegócio implica na intensificação das relações entre campo e cidade, que se expressa tanto pelas novas demandas relacionadas às atividades produtivas

agrícolas e agroindustriais (insumos, maquinários, fertilizantes, armazenamento e transporte, serviços técnicos e financeiros) como pelas demandas de reprodução e consumo da população. Como consequência, observam-se novas estruturas de ocupação da população e a redefinição da rede urbana municipal. Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é analisar como a difusão do agronegócio no Oeste baiano vem modificando o espaço urbano e as feições das cidades da região. A metodologia utilizada se valeu de pesquisas bibliográfica e documental, além de ter analisado dados estatísticos secundários oficiais.

O trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção examina a expansão e territorialização do agronegócio da soja no Brasil, destacando o avanço da cultura na região dos cerrados (Centro-oeste e áreas de Nordeste). A terceira traz o marco analítico sobre as interações entre o agronegócio e processos de reestruturação urbana e espacial. A quarta seção focaliza o caso da região dos cerrados baianos, examinando as transformações na organização espacial e urbana impulsionadas pela difusão do agronegócio. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais questões abordadas.

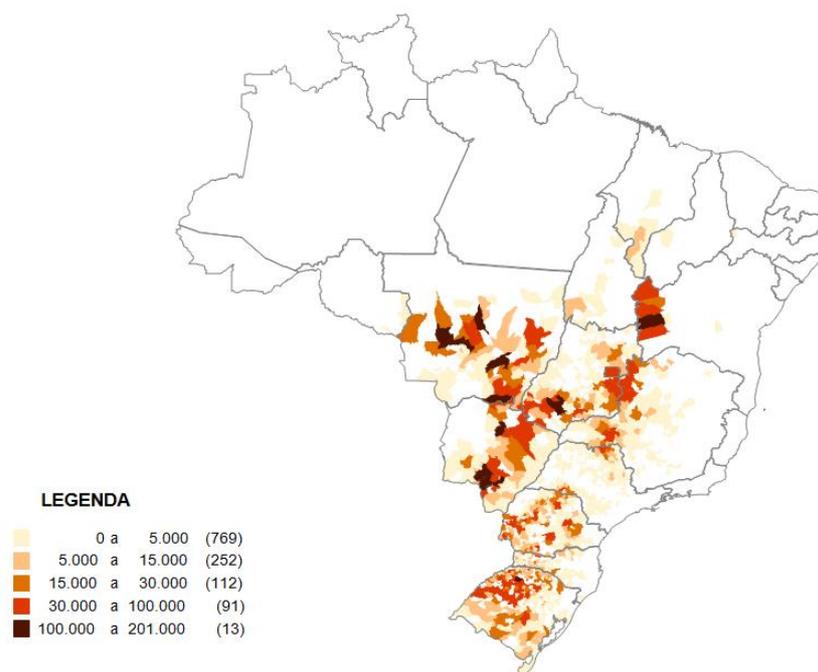
2 A EXPANSÃO DA SOJA NO BRASIL

O sucesso do desempenho do cultivo de soja no Brasil, ao longo dos últimos anos, é resultado de uma série de transformações da agricultura brasileira que, ao introduzir tecnologia e expandir suas fronteiras produtivas, permitiu que o cultivo do grão ganhasse escala e produtividade. Somado a isso, o contexto de expansão do consumo mundial do produto nos últimos 50 anos e a busca dos produtores brasileiros em suprir parte dessa demanda contribuíram para que o cultivo se tornasse um dos mais destacados no mercado mundial. No Brasil, a sojicultura é atualmente o mais importante segmento da agricultura e sua dimensão tem influenciado questões que extrapolam o processo produtivo em si (dentro da porteira), tais como: as estratégias sobre as diretrizes do setor agrícola; inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho; produção e uso de tecnologias; perfil e desenvolvimento da agroindústria; infraestrutura logística para escoar a produção; relações entre campo e cidade.

Grande parte da produção de soja brasileira está alocada nas regiões de cerrado, as quais disponibilizam extensas áreas planas que apresentam periodicidade de chuvas bastante regular durante o ano. Parte significativa da expansão do seu cultivo se deu justamente pela exploração das áreas sobre esse bioma, nos últimos vinte anos. As Figuras 1 e 2 ilustram o elevado grau de disseminação do cultivo da soja no Brasil entre 1990 e 2013, mostrando que,

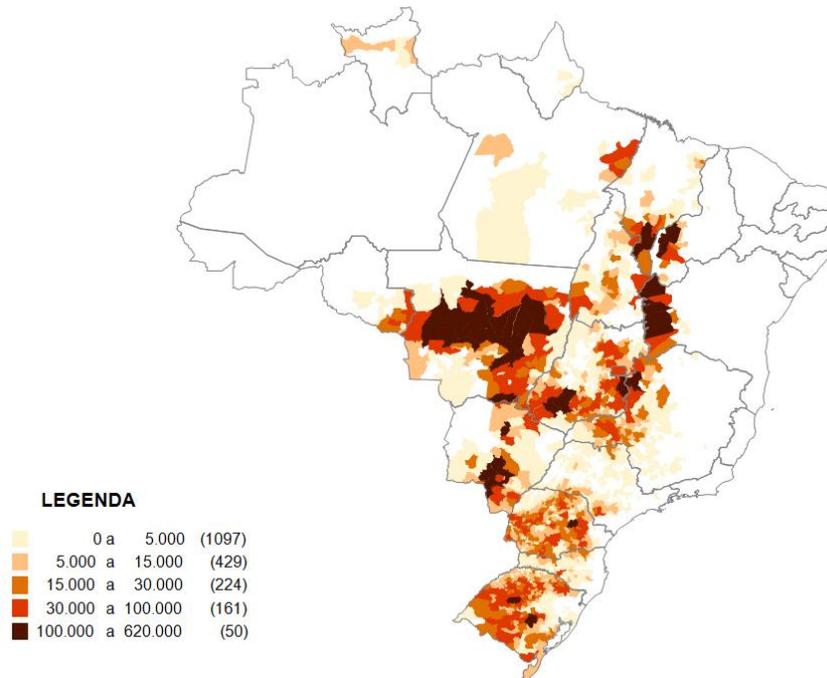
apesar de ter algumas concentrações definidas, principalmente na região Centro-Oeste, trata-se de uma atividade que está presente em quase todo o país. Segundo os dados do IBGE (PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2017) área colhida com soja triplicou entre os anos de 1995 e 2015, sendo que no último ano, o cultivo de soja ocupou 42% de toda área destinada à agricultura no país. A sua produção em toneladas aumentou de forma ainda mais acelerada (cinco vezes para o mesmo período) como resultado da aplicação de tecnologia ao processo produtivo da oleaginosa, implicando em um rápido aumento de produtividade.

Figura 1 – Área plantada de soja no Brasil em 1990 (em hectare)



Fonte: Elaboração própria (2017), com base nos dados do IBGE (2017)

Figura 2 - Área plantada de soja no Brasil em 2013 (em hectare)



Fonte: Elaboração própria (2017), com base nos dados do IBGE (2017)

Inicialmente, ainda na década de 1970, a produção de soja no Brasil era comum apenas nas regiões Sul e Sudeste. As condições edafoclimáticas mais favoráveis e a proximidade aos principais portos de exportação do grão foram fatores que favoreceram o início da sojicultura nesses espaços (BARBOSA; ASSUMPÇÃO, 2001). Entretanto, o esgotamento de áreas para o plantio, a queda de produtividade e a estratégia de diversificação da produção agrícola como forma de reduzir riscos fez com que, a partir da década de 1980, a expansão da área de cultivo dessas regiões obtivesse um menor crescimento.

Enquanto isso, a Região Centro-Oeste começou a ganhar participação na produção da soja brasileira. Ainda durante a década de 1970, essa região iniciou a ocupação da sojicultura, buscando adaptar a semente às condições naturais do cerrado. Além disso, o custo mais baixo da terra foi importante fator para o ganho de maior representatividade do cultivo, principalmente no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse movimento foi acompanhado da chegada das *tradings* nos anos 1980 e, mais tarde, do deslocamento de grandes conglomerados industriais do setor de produção de carnes, interessados no baixo custo do farelo da soja para uso na produção de ração animal (IPEA, 2003). Assim, ao longo desses anos o Centro-Oeste se tornou o principal polo agroindustrial da soja do país, concentrando em 2015 45% da produção da soja nacional (Tabela1).

Tabela 1 – Participação das regiões na produção brasileira de soja (1990/2015)

Unidade Territorial	Anos	
	1990	2015
Brasil	100	100
Norte	0,2	4,4
Nordeste	1,1	8,6
Sudeste	8,5	6,1
Sul	57,8	35,8
Centro-Oeste	32,4	45,1

Fonte: IBGE (2017)

Tabela 2 – Participação dos principais estados produtores de soja no Brasil (%) - 1990/2015

Unidade Territorial	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Brasil	100	100	100	100	100	100
Mato Grosso	15,4	21,4	26,7	34,7	27,3	28,6
Paraná	23,4	22,2	21,9	18,5	20,5	17,7
Rio Grande do Sul	31,7	22,8	14,6	4,8	15,2	16,1
Goiás	6,3	8,4	12,5	13,6	10,5	8,8
Mato Grosso do Sul	10,2	8,9	7,6	7,3	7,8	7,5
Bahia	1,1	4,2	4,6	4,7	4,5	4,6
Minas Gerais	3,8	4,7	4,4	5,7	4,2	3,6
Tocantins	0,2	0,1	0,4	1,8	1,4	2,5
São Paulo	4,7	4,6	3,6	3,3	2,1	2,5
Maranhão	0,0	0,6	1,4	1,9	1,9	2,2
Santa Catarina	2,7	1,7	1,6	1,2	2,0	2,1
Piauí	0,0	0,1	0,3	1,1	1,3	1,8
Pará	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	1,0
Rondônia	0,0	0,0	0,1	0,5	0,6	0,8
Distrito Federal	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	0,2
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1

Fonte: PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL(2017)

Nos anos recentes, o cultivo da soja tem crescido especialmente no território do MATOPIBA¹, que abrange o Sul do Maranhão, Tocantins, Sudoeste do Piauí e Oeste da Bahia. Esse território abriga a atual fronteira agrícola da soja no país e, segundo dados do IBGE, representou, em 2015, 11,1% da produção brasileira de soja com 10,8 milhões de toneladas (Tabela 2). Segundo as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a produção brasileira de soja alcançará 129,2 milhões de toneladas em 2025, o que representa um crescimento de 32,5% em relação ao montante produzido em

¹Essa expressão é resultado de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia para expressar uma realidade geográfica caracterizada pela expansão de uma nova fronteira agrícola no Brasil baseada em tecnologias modernas de alta produtividade. Para essa área estão reunidos grandes produtores que, juntamente com o governo, elaboram estratégias de desenvolvimento do agronegócio.

2015. A expansão da cultura deve se dar em direção ao MATOPIBA. O Mato Grosso deve perder participação devido ao preço de suas terras, as quais correspondem ao dobro do preço das terras do MATOPIBA. O custo da terra é um fator importante para a competitividade da produção, tendo em vista a necessidade do uso de grandes extensões para obter uma escala produtiva vantajosa. (BRASIL, 2016b).

Em síntese, podemos inferir que ao longo das últimas quatro décadas o cultivo e produção de soja assume uma nova territorialidade no Brasil, com a emergência e consolidação da região Centro-oeste (com destaque para o estado do Mato Grosso) e crescente expansão na região denominada de Matopiba, abarcando as áreas de cerrados nos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa nova área (Centro-oeste e Matopiba) respondeu em 2015 por 56% da produção nacional frente a 36% da região Sul, que em 1990 detinha cerca de 58%. No estado da Bahia o *locus* desta produção se dá na região do oeste, cuja participação na produção nacional evoluiu entre 1990-2015 de 1,1% para 4,6% (Tabela 2). Mais do que a simples relocação do cultivo e da produção da soja, a redefinição da territorialidade da soja e seu “*modo operandi*” (elevado padrão tecnológico e estreitamento de relações campo e cidade e com o mercado global) produz uma nova configuração espacial e urbana no Brasil nas áreas onde elas se implanta. Tema abordado a seguir.

3 O AGRONEGÓCIO E AS NOVAS RELAÇÕES RURAL-URBANA: MARCO ANALÍTICO

Vimos na seção anterior que o agronegócio da soja tem se expandido e ganhou uma nova territorialização no país. A dinâmica desse segmento não somente têm promovido mudanças nas bases técnicas, mas também transformado as relações sociais de produção existentes no campo. Elas têm gerado expressivos impactos sobre diversos espaços agrícolas e urbanos do país, os quais têm sido reorganizados com o objetivo de tornarem-se funcionais à realização do agronegócio que se expande no interior, em especial nas áreas de cerrado.

Segundo Elias (2012) e Frederico (2011), tal reorganização espacial traz como consequência um fortalecimento da urbanização e cria processos de reestruturação urbana e regional, resultando na formação ou consolidação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPA), as quais correspondem a vastos territórios produtivos do agronegócio globalizado, composto por espaços agrícolas e urbanos. Nessas regiões encontram-se os focos dinâmicos da economia agrária moderna, e é dentro delas que estão difundidos diversos ramos do agronegócio mundial.

No interior das RPAs perpassam parte do circuito de produção do agronegócio. Isso acontece porque as atividades agrícolas e agroindústrias desenvolvidas nessas regiões são comandadas por grandes empresas multinacionais e nacionais que operam em escala mundial. Nesse sentido, a realização das atividades do agronegócio acontece, ao mesmo tempo, dentro de uma ordem global e local, pois as regiões produtoras estão intimamente conectadas aos centros de decisão e consumo em nível internacional.

É possível perceber essa dinâmica através dos fluxos gerados pela atividade de cultivo de soja, no qual uma parte de seus insumos é oriunda de locais distantes das RPAs (em outros estados do país ou mesmo em outros países), como é o caso da obtenção de maquinários agrícolas, fertilizantes e sementes específicas, e outra parte originária da própria localidade ou de cidades vizinhas, como a contratação de mão de obra e algumas prestações de serviços. Além disso, a fase de processamento, que geralmente se inicia dentro das próprias fazendas, pode se estender até mesmo para outros países, e a distribuição se espalha por diversas outras territorialidades que abrangem desde locais vizinhos à plantação até regiões consumidoras internacionais.

No contexto local, a agropecuária moderna liderada pelo agronegócio caracteriza-se pela criação de novas demandas sobre as cidades das regiões de difusão do agronegócio (RPA), principalmente aquelas relacionadas com as atividades produtivas. Como consequência, observa-se o incremento dos setores de comércio e serviços especializados para a agropecuária e para as demandas pessoais nos espaços urbanizados da região, localizados próximos às áreas de cultivo. As principais demandas estão relacionadas com os aportes técnicos de mão de obra, de serviços contábeis e financeiros, jurídicos e outros necessários. A consequência direta dessa dinâmica é a expansão da economia urbana, visto que parte do circuito global do agronegócio se realiza dentro dessas cidades. Elas se tornam fundamentais para que esse circuito se realize.

À medida que se torna mais complexa a reestruturação produtiva da agropecuária, e consequentemente mais complexa a formação de agroindústrias (com fluxos de produção cada vez mais globalizados), intensificam-se as relações entre o campo e a área urbana. Esses dois espaços passam a compartilhar com maior intensidade um fluxo material e de informações, tornando-os mais próximos e complementares. A consequência direta dessa dinâmica é a expansão das áreas urbanizadas. Reconhecendo essa relação entre o urbano e a produção agroindustrial, Elias (2012;2016) propõe uma nova categoria de análise do urbano, a qual denomina “Cidades do Agronegócio”, centros urbanos atrelados às atividades

agrícolas e agroindustriais circundantes, “nos quais, se dá a gestão local ou regional do agronegócio globalizado”, ou seja, é um centro urbano que organiza esse espaço, com funções urbanas diretamente vinculadas a essa atividade. Elias (2012;2016) destaca ainda que não basta a cidade estar inserida em uma Região de Produção Agrícola (RPA) para ser classificada como uma cidade do agronegócio, o que a caracterizaria e a distinguiria de outro espaço urbano seria justamente uma hegemonia das funções inerentes às redes agroindustriais sobre as demais funções urbanas.

Quando se analisa as cidades vinculadas ao agronegócio, particularmente à produção da soja, identificam-se duas tipologias relacionadas à existência das cidades, com características que as distingue dos estágios anteriores ou posteriores à expansão da fronteira agrícolas nas regiões analisadas. No primeiro grupo estão as cidades situadas em municípios existentes antes da expansão da fronteira agrícola. Com localização privilegiada, a função desempenhada por essas cidades ao longo das sucessivas divisões territoriais do trabalho as tornaram importantes centros regionais, onde as funções urbanas se superpõem às demandas da agricultura moderna. No segundo grupo estão as cidades em municípios criados depois da expansão da fronteira agrícola. Essas cidades já surgem com o predomínio da população urbana e suas mais importantes funções estão direcionadas às redes agroindustriais.

A compreensão desse marco teórico orienta a análise do processo de redefinição espaço e das cidades do Oeste Baiano, pois estas estão se desenvolvendo em um contexto de expansão do agronegócio de soja que vem ocorrendo no país. Na região do oeste da Bahia, o crescimento do agronegócio tem gerado grande dinamismo econômico, e isso tem estimulado o crescimento e adensamento da oferta de serviços em algumas cidades. Apesar de ser um processo ainda em expansão e não plenamente consolidado, a expansão da sojicultura aporta elementos que possibilitam a compreensão da relação entre as atividades do campo moderno e a dinâmica e função das cidades. Acredita-se que, além de revelar a lógica de desenvolvimento e funcionamento das chamadas “cidades do agronegócio”, o caso do oeste baiano traz a luz elementos e especificidades inerentes à dinâmica local, revelando a complexidade e as diferenciações espaciais que envolvem o avanço do agronegócio.

4 O OESTE DA BAHIA: PADRÃO OCUPAÇÃO E REORDENAMENTO TERRITORIAL E URBANO

O oeste da Bahia² constitui um exemplo do avanço recente do agronegócio liderado pela soja, conformando o que Elias (2016) chama de “Região Produtiva do Agronegócio”³. A conformação desta nova dinâmica regional ganha expressão e materialidade nos anos 80 e 90, com a implantação da moderna agricultura de grãos (em especial a soja) e seus desdobramentos econômico e territorial. Neste item abordaremos os principais marcos e características do processo de ocupação da região do oeste e a reestruturação espacial e urbana da região impulsionada pelo avanço do agronegócio de soja.

4.1 FASES E FACES DA OCUPAÇÃO REGIONAL

A região do oeste baiano, definida aqui, enquanto espaço de expansão do agronegócio brasileiro, fazia parte, até meados do século 20, da imensa região do Além São Francisco, que se caracterizava, por uma ocupação lenta e rarefeita. A pecuária extensiva, a lavoura de algodão arbóreo, a agricultura de subsistência e o extrativismo vegetal constituíam a base da economia. O Rio São Francisco e seus afluentes, rios Grande, Preto e Corrente, tiveram um papel fundamental em seu povoamento, pois eram os únicos meios de transporte de pessoas e mercadorias.

A partir dos anos 60 e 70 esse padrão de ocupação foi, paulatinamente, se alterando, em função da realização de investimentos públicos e privados, ligados muito mais a aspectos da dinâmica estadual e nacional, do que a um suposto desenvolvimento endógeno e progressivo da região. Entre estes investimentos destacam-se os projetos de colonização e irrigação na região a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e a interligação física da região via rede rodoviária, a exemplo da implantação das BRs 242/020 (ligando Salvador a Brasília) e 020/135 (Brasília-Piauí), sendo Barreiras ponto de convergência das rodovias aludidas (SANTOS FILHO, FERNANDES, & ALMEIDA, 1998).

Esse sistema viário, além de ter proporcionado a integração física da região interligando-a ao norte e centro-sul do Brasil, tornou-a uma área potencial a futuras inversões e à expansão

²Na classificação adotada pelo IBGE a Mesorregião Extremo Oeste é composta pelas três microrregiões: Barreiras (7 municípios), Cotegipe (8 municípios) e Santa Maria da Vitória (9 municípios). Para efeito deste trabalho adotou-se como fio condutor para delimitação da região, inserida no bioma cerrado, o conjunto de municípios que estão associados à difusão do agronegócio, em especial da soja, quais sejam: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desiderio, Formosa do Rio Preto, Correntina, Cocos, Jaborandi, Baianópolis, Riachão das Neves.

³Conforme Elias (2006; 2016) a Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras é formada por áreas dos estados da Bahia, do Maranhão, do Piauí e de Tocantins. Ou seja, corresponde a região denominada de MATOPIBA.

agrícola. Por outro lado, a implantação da rede viária terrestre implicou na perda do papel hegemônico ocupado pelo rio São Francisco e seus afluentes na dinâmica de povoamento e de desenvolvimento regional. A centralidade da região de vale e de suas cidades portuárias foi substituída pela dinâmica econômica de áreas de gerais e das cidades situadas ao longo das rodovias, com efeitos significativos sobre o modo de vida da região. Conforme salienta Haesbaert (1997) os lentos ritmos definidos pelo império das águas foram substituídos pelo império “desterritorializador” do asfalto.

Mas, foi, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990 que a região vivenciou transformações significativas na sua estrutura produtiva e urbana. No bojo da consolidação da Região Centro-Oeste como principal *locus* do avanço da produção agropecuária moderna, observou-se a emergência de sub-regiões no Nordeste, que, em decorrência da difusão de atividades agrícolas, ganharam um novo status na divisão inter-regional do trabalho no país. Foi nesse contexto que o oeste baiano emergiu como região de expansão do agronegócio, capitaneado pelo cultivo da soja, associado ao fluxo migratório de sulistas e à implementação de um conjunto de políticas públicas⁴ voltadas para a viabilização técnica e econômica da produção agrícola nos cerrados.

Como resultado, a região impulsionou a redefinição do estado da Bahia no contexto da produção agrícola nacional, em especial da soja, ampliando sua participação na produção nacional de 1% em 1990 para cerca de 5% em 2015. Considerando o conjunto dos estados que formam o Matopiba, em 2015 a Bahia foi responsável por 42% da soja produzida nesta região.

Em termos estaduais, o oeste baiano transformou-se, ao longo dos últimos 35 anos, no maior polo produtor de grãos do estado, em grande parte, direcionados para a exportação. Em 2013, a riqueza regional produzida respondeu por 7,0% do produto interno bruto da Bahia e por 33,5% do valor agregado da agropecuária baiana. No âmbito local, o grau de especialização regional fez com que tal produção representasse, no mesmo ano, 94,0% de todo o valor da produção agrícola gerado nessa região (PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2017).

A outra face desse novo padrão de ocupação regional se materializa na reestruturação do espaço regional, que tem como uma das principais características a ampliação e intensificação das atividades econômicas e dos espaços urbanizados.

⁴ Destacam-se neste âmbito apoio creditício (fundário e produtivo), desenvolvimento de pesquisas aplicadas à exploração agrícola dos cerrados; infraestrutura física e logística, entre outros.

4.2. O AGRONEGÓCIO E NOVA DINÂMICA URBANA DO OESTE BAIANO

Baseado na literatura apresentada na seção anterior observou-se que, no caso de cerrados baianos que abrigam atividades do agronegócio, o processo de reorganização do espaço urbano se expressa, entre outros aspectos, pelo: a) rápido crescimento demográfico, em particular da população urbana; 2) surgimento de aglomerações urbanas e redefinição da rede urbana e municipal; 3) construção de novos espaços de poder na esfera municipal; 4) ampliação e intensificação de atividades econômicas e ocupações urbanas.

Considerando os censos demográficos de 1980 a 2010 (tabela 3), a população total da região⁵ apresentou crescimento acima da média estadual, sendo que entre 1980 e 1991, a taxa média geométrica anual alcança o valor de 3,5% frente a estadual de 1,95%. Entre 2000 e 2010 a região manteve dinamismo com taxa de 2,71% vis-à-vis a 0,69% do estado. Em todo o período, o crescimento populacional é liderado pela população urbana.

Tabela 3 - Taxa de Crescimento média anual da população, Oeste Baiano, 1970-2010

Região/Municípios	Taxa de Crescimento anual (%)		
	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Baianópolis	3,33	-1,4	1,29
Barreiras	7,58	4	0,42
Côcos	-0,45	1,08	0,3
Correntina	-2,03	0,98	0,22
Formosa do Rio Preto	2,28	1,91	2,11
Jaborandi		-1,41	-1,36
Luís Eduardo Magalhães			
Riachão das Neves	0,8	0,87	0,01
São Desidério	2,19	0,02	3,82
Total Região	3,5	2,11	2,71
Bahia	1,95	1,09	0,69

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO (1970,1980,1991,2010)

Assim, concomitante à evolução da população, os dados demonstram o crescimento da taxa de urbanização dos municípios em análise e do Oeste baiano. A região que detinha, em 1980, 33% da sua população no perímetro urbano chegou, no ano 2000, a ter a maior parcela de seus habitantes nas cidades com 63%, atingindo em 2010 a marca de 70% (tabela 4). O dinamismo demográfico ocorre com a expansão da cultura soja, cuja área colhida evoluiu de apenas 61.795 ha em 1985 para 360.000 ha em 1990, alcançando 1.013.250 ha em 2010,

⁵Para efeito deste trabalho a região considerada é formada pelos seguintes municípios: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Correntina, Cocos, Jaborandi, Baianópolis, Riachão das Neves.

ilustrando correlação entre o crescimento da sojicultura e a expansão demográfica e urbana na região (Tabela 05).

Tabela4- Taxa de urbanizaçãomunicípios região Oestebaiano,1980, 1991, 2000 e 2010

Delimitação Espacial	Grau de Urbanização (%)			
	1980	1991	2000	2010
Baianópolis	13,1	16,7	22,4	25,1
Barreiras	74,4	76,5	87,8	90
Formosa do Rio Preto	30,8	36,5	51,3	60,6
Luís Eduardo Magalhães	-	-	-	91,3
Riachão das Neves	32,2	44	46,8	49
São Desidério		29,2	37,5	31,2
Coribe	22,9	31,1	36,5	47,2
Correntina	13	30,8	37,1	40,3
Jaborandi	-	14,4	19,7	33,9
Total Região	33,8	50,1	63,1	70
Bahia	49,4	59,1	67	72,1

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO (1970,1980,1991,2010)

Tabela 5 – Região Oeste – Área Colhida Soja (hectares)

Município	Anos				
	1985	1990	2000	2010	2015
Baianópolis	1.307	2.752	11.700	7.000	7.200
Barreiras	34.292	79.261	236.585	115.100	167.000
Cocos	-	-	-	12.720	21.458
Correntina	-	75.000	60.056	101.000	190.000
Formosa do Rio Preto	-	38.645	72.307	290.836	360.000
Jaborandi	...	-	16.631	50.000	70.000
Luís Eduardo Magalhães	130.900	140.000
Riachão das Neves	102	17.144	49.027	64.194	130.000
São Desidério	26.094	147.198	182.050	241.500	350.000
Total	61.795	360.000	628.356	1.013.250	1.435.658

Fonte: PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2017

O crescimento demográfico, particularmente o urbano, não se dá de forma homogênea. Ele se concentra em algumas cidades, particularmente em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, município criado em 2000, a partir de Barreiras. Esses municípios concentraram em 2010, mais 70% da população urbana da região (IBGE, Censo Demográfico, 2010). Conforme estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), que analisa a região de influência das cidades, Barreiras está classificada como capital regional – nível imediatamente inferior ao metropolitano – e se vincula à rede

imediate de Brasília e de Salvador. Em função dessa centralidade, Barreiras passou por transformações urbanas diversificando suas atividades e funções decorrentes do processo de modernização agrícola da região.

Paralelamente ao desenvolvimento do papel centralizador de Barreiras surgem novos núcleos urbanos, estruturados a partir da implantação de serviços produtivos de apoio à agricultura e da instalação de complexos técnicos das cooperativas e grandes empresas. Entre estes núcleos urbanos, destaca-se Mimoso do Oeste, que se transforma em distrito de Barreiras e posteriormente no município de Luís Eduardo Magalhães(LEM).

Diferentemente de Barreiras, que se adaptou às novas demandas, Luís Eduardo Magalhães surgiu do agronegócio. Localizado na BR-020, o município cresceu a partir de um posto de gasolina (Posto Mimoso do Oeste) e de um loteamento privado, que foi paulatinamente ocupado por um complexo de atividades e serviços voltados ao desenvolvimento do negócio agrícola. O dinamismo da cidade fica patente pelo crescimento da população, que saiu de 10 mil habitantes, em 2000, para cerca de 60 mil em 2010(ELIAS, 2016).

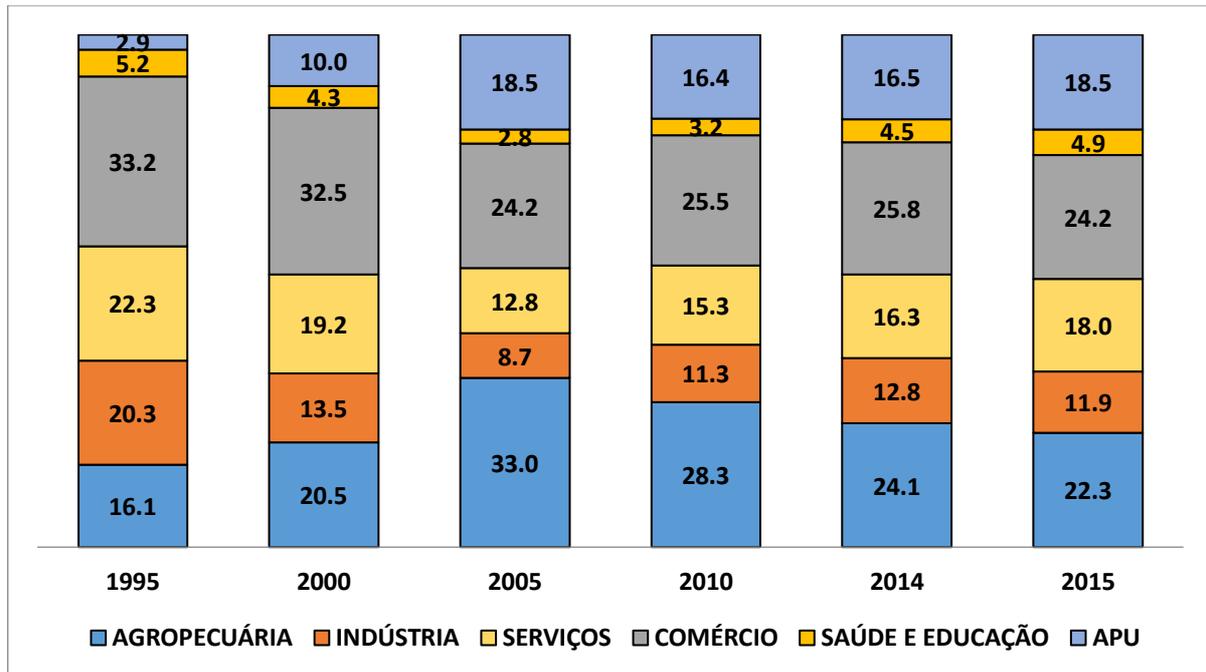
Para Elias (2007;2016), Luís Eduardo Magalhães constitui exemplo emblemático de município criado como resultado das novas formas de uso do território brasileiro inerentes à expansão do agronegócio globalizado. Já, segundo Haesbaert (1997), a criação de LEM expressa a construção territorial da identidade sulista no Nordeste envolvendo a disputa cultural entre gaúchos e nordestinos (baianos). Por outro lado, acriação e fortalecimento de espaços de controle e representação de interesses dos segmentos do agronegócio constituem características importantes da atuação do agronegócio na região. Destacam-se nessa direção a eleição em 2009 e reeleição em 2012 de um empresário do agronegócio para prefeitura de LEM. A Associação de Irrigantes da Bahia (AIBA) representa outra expressão regional de exercício de poder corporativo do agronegócio. A entidade que congrega os produtores rurais do agronegócio regional exerce forte influência na economia, na política e sociedade local.

Pode-se considerar que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães constituem um bipolo urbano e exercem a centralidade urbana da “RPA” nos cerrados baianos. Barreiras desempenha papéis clássicos de uma cidade de porte médio, concentrando a maior parte do comércio e de serviços voltados às demandas da população. Luís Eduardo Magalhães configura-se no que Elias(2012;2016) destaca como centralidade emergente. Apresenta hegemonia das funções de atendimento das demandas do agronegócio sobre as demais

funções exercidas pela cidade e se sobressai na região pelo oferecimento dos mais modernos produtos e serviços demandados pelas atividades agrícolas e agroindustriais. Destaca-se, por exemplo, por possuir revendedores autorizados das maiores fabricantes de máquinas agrícolas que atuam no Brasil e instalações de grandes agroindústrias, a exemplo da Bunge. Outra faceta desta especialização funcional de LEM se expressa por abrigar a Bahia Farm Show, feira de tecnologia agrícola e negócios que ocorre anualmente desde 2004.

Com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2016a) percebe-se que as transformações no padrão produtivo agrícola regional, capitaneado pelo agronegócio da soja, se espalham na estrutura ocupacional da força de trabalho, redefinindo seu perfil empregatício ao tempo em que releva as novas relações entre campo e cidade. De fato, os dados da RAIS (BRASIL, 2016a) relativos aos vínculos ocupacionais analisados, segundo segmentos de atividades, mostram que, embora o setor agropecuário mantenha importância na participação da estrutura ocupacional, houve um declínio no período mais recente. Entre 1995 e 2005, enquanto o segmento agropecuário expandiu sua ocupação em 752%, os setores de comércio e serviços registraram um crescimento de 137% e 203%, respectivamente. Já no período de 2005 a 2015, a ocupação na agropecuária cresceu apenas 2%, frente a 23% do comércio e 51% dos serviços. Como resultado, o setor agropecuário elevou sua participação de 16% para 33% no período de 2000 a 2005, caindo para 22% em 2015. Essa trajetória aponta que, apesar da importância da atividade agrícola, em especial na sua fase inicial da ocupação, a tendência é de perda relativa desse setor na força de trabalho global e o aumento do emprego no comércio, serviços e indústria (atividades eminentemente urbanas).

Gráfico 1 - Participação (%) dos setores de atividade no total de empregos no Oeste baiano – 1995-2015



Fonte: BRASIL (2016a).

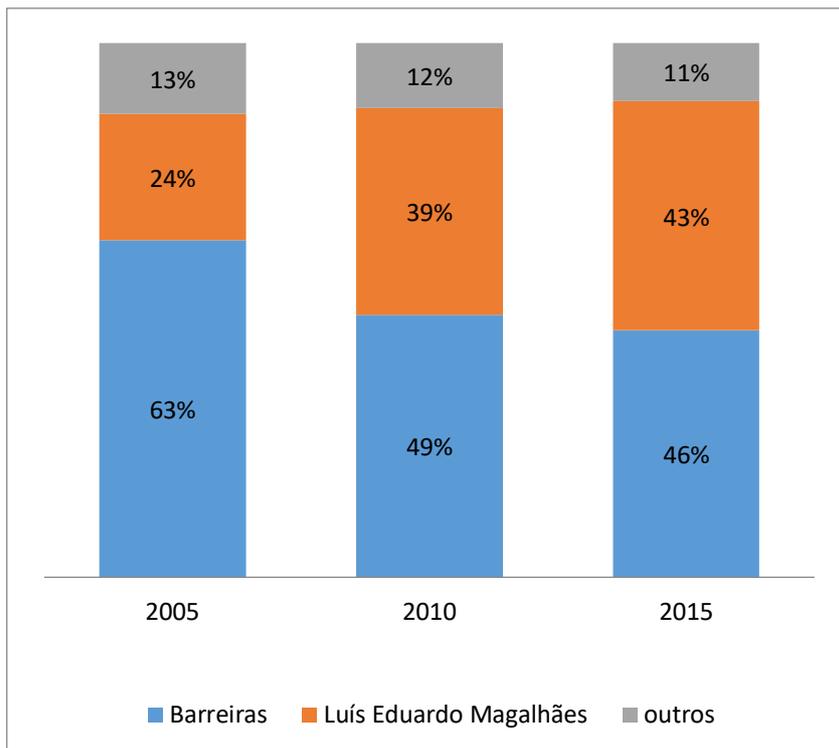
O desenvolvimento do agronegócio demanda bens e serviços necessários às suas atividades de produção e processamento agrícola, cuja natureza é urbana. Nas cidades se localizam as casas de comércio de insumos, de implementos agrícolas, fertilizantes, os escritórios de assistência técnica, consultoria contábil, serviços técnicos especializados, serviços públicos etc. As cidades e núcleos urbanos são também fundamentais na organização do mercado de trabalho, assim como na reprodução da força de trabalho. Por outro lado, na medida em que o desenvolvimento da atividade agrícola é essencialmente poupador de mão de obra, o emprego urbano torna-se importante para absorver o trabalhador.

Assim, observa-se a dinamização das atividades vinculadas à indústria, ao comércio e aos serviços, que se intensifica a partir da segunda metade dos anos 2000. Destacam-se, nesse âmbito, os segmentos produtores e comercializadores de insumos (adubos, fertilizantes, defensivos e sementes), processadores de grãos, beneficiadores de algodão e serviços de assessoria agrônômica, contábil e imobiliária. Como resultado, vê-se a contínua ampliação do setor de serviços no conjunto da estrutura de ocupação, cuja participação evoluiu de 12,8%, em 2005, para 15,3%, em 2010, alcançando 18% em 2015.

Considerando-se o crescimento vigoroso das ocupações em atividades urbanas, coloca-se uma questão: como vem se estruturando o espaço urbano na região para atender à dinâmica de desenvolvimento do agronegócio?

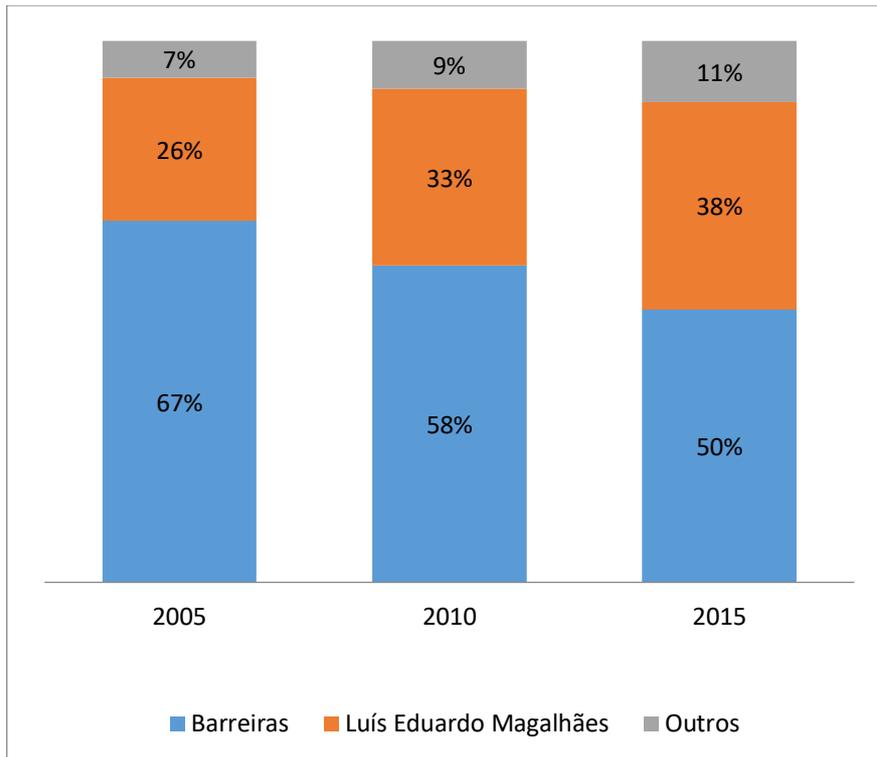
Ainda com base nos dados da RAIS (BRASIL, 2016a), observa-se que os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães assumem o papel de polos no que tange à oferta de bens e serviços (indústria, comércio e serviços em geral), concentrando mais de 85% dos vínculos empregatícios. Entretanto, cabe salientar a predominância de Barreiras em praticamente todos os segmentos, à exceção do industrial e agropecuário. No caso de Luís Eduardo Magalhães, chama a atenção o crescimento das ocupações na indústria e serviços, associados às demandas do agronegócio. De fato, a participação deste município na estrutura ocupacional da indústria regional se elevou de 24% para 43% entre 2005 e 2015, e nos serviços, de 25% para 36%.

Gráfico 2 - Importância dos municípios no total dos empregos do Oeste da Bahia INDÚSTRIA



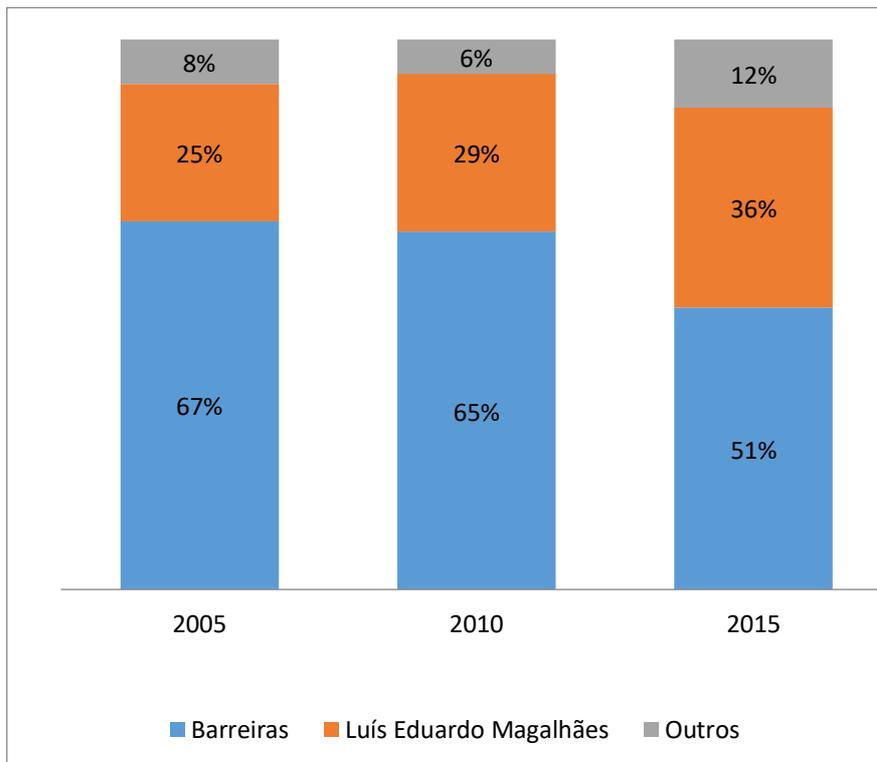
Fonte: BRASIL (2016a)

COMÉRCIO



Fonte: BRASIL (2016a).

SERVIÇOS

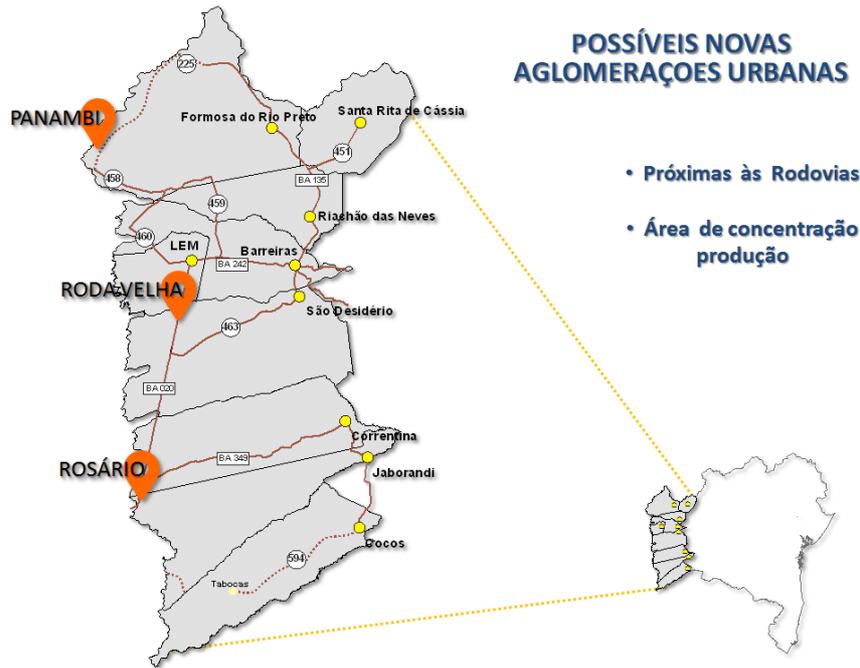


Fonte: BRASIL (2016a)

Além de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, que concentram respectivamente 49% e 22% da população urbana regional, cabe salientar o aumento do grau de urbanização, entre 1991 e 2010, em Formosa do Rio Preto (36% para 60%) e em Correntina (30% para 40%). Esse incremento da urbanização se dá em paralelo a expansão da soja. Em Correntina a área com soja saiu de 75.000 ha em 1990 para 101.000 ha em 2010 e em Formosa do Rio Preto de 38.000 ha para 360.000 ha no mesmo período. Em 2015, a participação conjunta desses municípios na área total de soja na região alcançou 38% frente a 21% de LEM e Barreiras. Reforça-se, assim, a inter-relação entre a expansão do cultivo e a urbanização. Já São Desidério que abarcou 31% da produção sojano mesmo ano, manteve seu grau de urbanização em torno de 30%. Fato que pode ser atribuído à sua proximidade com Barreiras, cidade com melhor infraestrutura urbana, fazendo com que muitas famílias trabalhem e produzam em São Desidério, mas fixem residência em Barreiras. Acrescenta-se também que as áreas plantadas neste município estão próximas a Luís Eduardo Magalhães, que cumpre o papel de apoio às necessidades e demandas das unidades agrícolas situadas em São Desidério.

Além do incremento do grau de urbanização, verifica-se a emergência, próximas às rodovias, de novas nucleações nos citados municípios (Rosário/Correntina e Panambi/Formosa do Rio Preto), apontando para o potencial dinamismo de atividades ligadas aos setores de comércio e serviços nesses espaços (Figura 03). O aumento, entre 2005 e 2015, de 8,2% para 17,8% na participação desses municípios no total dos vínculos empregatícios nos segmentos de serviços e comércio da região reforçam essa tendência (Tabela 06). Ou seja, embora, na atual configuração espacial, as cidades de Barreiras e LEM apresentem-se como polos aglutinadores de atividades urbanas (industrial, comercial e serviços) da região, a expansão agrícola em bases modernas no sentido norte (Formosa do Rio Preto) e ao sul (Correntina) pode gerar novos espaços urbanizados e possíveis desmembramentos municipais, ampliando e diferenciando a rede urbana regional.

Figura 3 – Novas aglomerações urbanas do agronegócio no Oeste baiano



Fonte: BAHIA (2017)

Tabela 6 – Participação (%) dos municípios do Oeste baiano no total dos vínculos empregatícios segundo setores da indústria, comércio e serviços – 2005 e 2015

Municípios	2005			2015		
	Indústria	Comércio	Serviços	Indústria	Comércio	Serviços
Barreiras	60,60	66,30	65,00	46,10	49,50	48,80
Correntina	1,70	3,50	3,30	0,80	4,70	9,30
Formosa do Rio Preto	0,80	0,80	0,60	1,70	2,20	1,60
Luis Eduardo Magalhaes	24,20	26,30	26,80	45,30	37,70	36,10
Sao Desiderio	7,50	2,10	3,40	5,00	3,30	3,20
Outros	5,20	1,00	0,90	1,10	2,60	1,00
Total Região	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: BRASIL (2016a)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base a região do Oeste baiano, o presente artigo buscou identificar e analisar os impactos e transformações no espaço urbano regional provocado pelo processo de expansão do agronegócio. Entende-se que as transformações espaciais constituem uma das expressões mais significativas da teia de relações econômicas e sociais que envolvem o agronegócio, cuja dinâmica implica na intensificação das relações entre campo e cidade, que se expressa tanto pelas novas demandas relacionadas às atividades produtivas agrícolas e agroindustriais (insumos, maquinários, fertilizantes, armazenamento e transporte, serviços

técnicos e financeiros) como pelas demandas de reprodução e consumo da população. Em outros termos, a organização sócioespacial da região passa a ser pautada por redes agroindustriais que participam dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação da produção moderna de grãos, principalmente da soja.

Neste sentido, os dados e análises realizadas revelaram que o desenvolvimento da agricultura moderna na região promoveu uma redefinição da sua configuração espacial, expressa, entre outros aspectos, pelo incremento da taxa de urbanização e à reconfiguração da rede urbana, com emergência novas cidades e aglomerações urbanas cujas funcionalidades se assentam nas demandas produtivas do agronegócio e da população.

O espaço urbano ganha um novo *status*, assumindo um papel de articulador da oferta e da demanda associada à agricultura moderna. As cidades passam a abrigar um conjunto de atividades indispensáveis à reprodução da atividade agrícola e dos segmentos agroindustriais, além de serviços relacionados ao agronegócio. Destacam-se neste contexto, o comércio de equipamentos, insumos agropecuários, serviços de armazenamento, beneficiamento, distribuição e comercialização de insumos e produtos agrícola, serviços de assessoria técnica, serviços financeiros, entre outros. As interações entre o agronegócio e a dinâmica urbana encontram-se presentes no mercado de trabalho, com o crescimento de ocupações de natureza urbana, em especial nas áreas de comércio e serviços.

Ressalta-se, entretanto, que o desenvolvimento destas atividades não se dá de forma homogênea. Ele se concentra em determinadas cidades. No caso de Oeste baiano, destacam-se duas cidades, sendo uma já existente e que já ocupava papel de centro regional - Barreiras - e a outra - Luís Eduardo Magalhães - surgida no próprio processo de expansão do agronegócio na região, denominada por isso de “cidade do agronegócio” (ELIAS, 2016). O desenvolvimento destas cidades se dá em função de sua localização – ao longo das rodovias e próximas aos centros de produção agrícola.

No caso de Luís Eduardo Magalhães, além de sua estruturação ter sido consolidada a partir dos estímulos do desenvolvimento concentrado do agronegócio em seus limites municipais, seu surgimento, enquanto município, deve-se também a uma estratégia política de criação de espaço de controle e representação de interesses dos segmentos do agronegócio além de uma construção territorial da identidade sulista no Nordeste.

Por fim, identificou-se uma expansão do cultivo da soja em direção ao norte (Formosa do Rio Preto) e ao sul (Correntina) da região do Oeste baiano, áreas, portanto, mais distantes dos polos urbanos já consolidados. Essa expansão tem estimulado a emergência de novas

aglomerações urbanas nos municípios citados, a exemplo de Panambi em Formosa do Rio Preto e de Rosário no município de Correntina. Essa evidência aponta para um possível processo de diferenciação na rede urbana regional, através da criação e/ou fortalecimento de áreas urbanas dentro dos municípios, voltadas para atender às novas demandas específicas do agronegócio local, o qual atualmente tende a se expandir e se tornar cada vez mais complexo e integrado ao mercado globalizado.

REFERÊNCIAS

BAHIA (2017). Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Cidades do agronegócio no Oeste baiano. **Textos para Discussão**. Salvador: SEI. (N. 13).

BARBOSA, Marisa Z., & ASSUMPCÃO, Roberto de. (2001). Ocupação territorial da produção e da agroindústria da soja no Brasil, nas décadas de 80 e 90. **Revista de Informações Econômicas**, São Paulo, (Vol.31, N. 11). Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2001/TEC1-NOV-2001.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

BRASIL. (2016a). Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS: 2016**. Brasília: MTE. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/rais/>>. Acesso: 26 out. 2016.

BRASIL. (2016b). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeção do agronegócio Brasil – 2015/2016 a 2025/2026**. Brasília, 138 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/proj_agronegocio2016.pdf/view>. Acesso em: 3 abr. 2017.

CENSO DEMOGRÁFICO. (1970). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO. (1980). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO. (1981). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO. (2000). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO. (2010). Rio de Janeiro: IBGE.

ELIAS, D. (2006). **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. Scripta Nova (Barcelona), Barcelona / Espanha, (V. 1, p. 59-81).

ELIAS, Denise. (2007). Agricultura e produção dos espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, p. 113-138. (Coleção Geografia em Movimento).

ELIAS, D. (2012). Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional do Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017

ELIAS, D. (2016). Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BÜHLER, E. A., GUIBERT, M., & OLIVEIRA, V.L. (Orgs.). **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 63-81.

FREDERICO, Samuel. (2011). As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, (V. 1, N. 33, p. 5-23).

HAESBAERT, Rogério. (1997). **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2008). **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE.

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL – PAM. (2017). Rio de Janeiro: **IBGE**, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 24 out. 2017.

SANTOS FILHO, M., FERNANDES, A., & ALMEIDA, P. H. (1998). A modernização do campo nos Cerrados Baianos. **Espaço & Debates**, São Paulo, (N. 25).